



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PERÍODO 2017-2019  
(14ª REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 148, DE  
25/11/2014 E Nº 156, DE 28/12/2016**

**RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 64/98**

**CONTRATO Nº 014/98 STN/COAFI, DE 15/04/98  
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'rp.', is located below the text of the contract.

**PORTO ALEGRE - RS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017**

## APRESENTAÇÃO

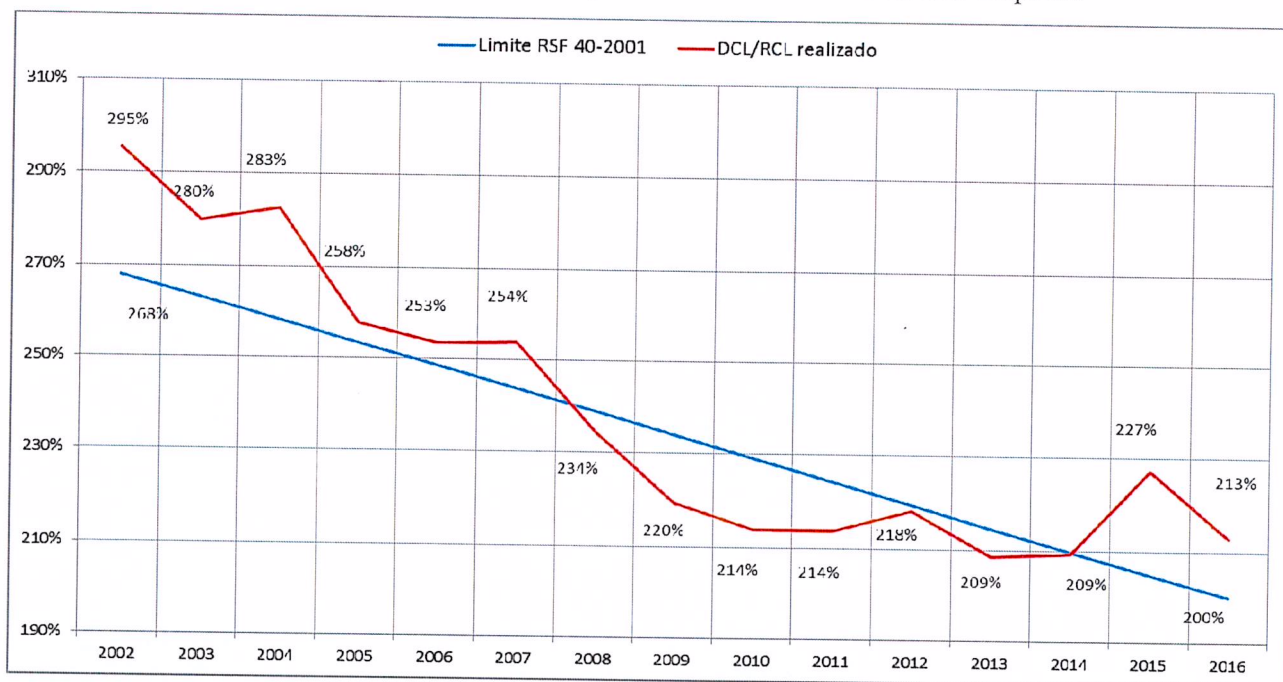
---

1. Este documento apresenta a 14ª revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Rio Grande do Sul (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 014/98 STN/COAFI (Contrato), de 14 de abril de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 64/98. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima sexta do referido Contrato.
2. Considerando o pedido de adesão do Estado do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, o Estado do Rio Grande do Sul está dispensado, por meio do Ofício SEI nº 5/2017/COREM/SURIN/STN-MF, da fixação das metas e compromissos de que trata o Art. 2º da Lei nº 9.496 de 1997 e do Art. 5º da Lei Complementar nº 148, de 2014, nos termos do Art. 3º da Medida Provisória nº 801, de 20 de setembro de 2017.
3. Compõem ainda o presente documento, o Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



## 1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. Não obstante todo o esforço fiscal desenvolvido, o quadro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul ainda é grave, com enorme fragilidade fiscal e com sérios problemas estruturais. As receitas arrecadadas são insuficientes para fazer frente às despesas consideradas fixas. Dessa forma, faltam recursos financeiros para honrar fornecedores e convênios, para pagar em dia os salários do funcionalismo, além de forte contingenciamento nas áreas sociais e nos investimentos em infraestrutura.
5. A seguir são apresentados alguns dados inerentes ao Programa.
6. Evolução da Dívida Consolidada em relação à RCL – Receita Corrente Líquida:

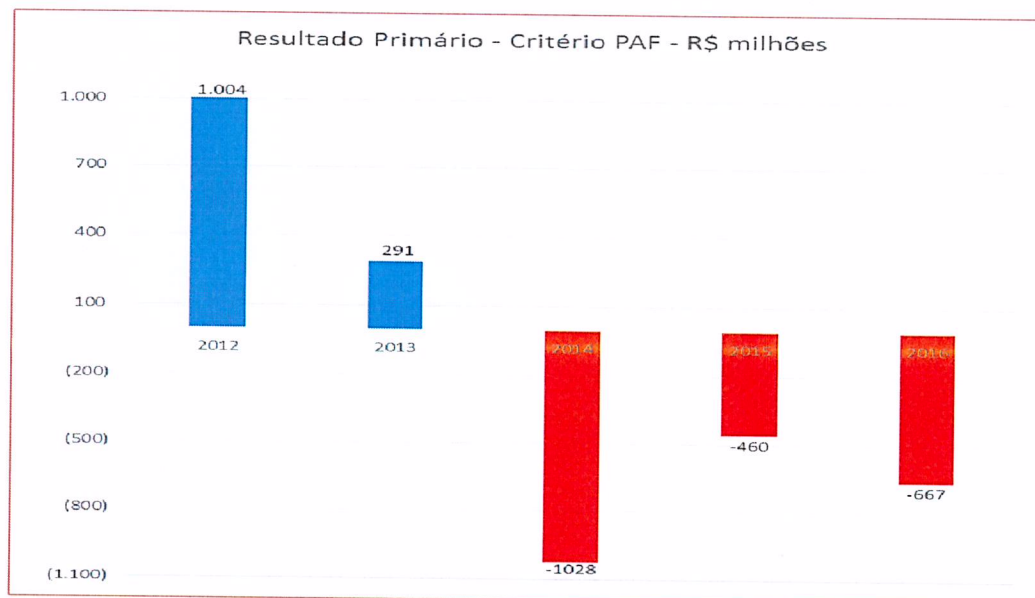


7. A evolução do gráfico indica que o Estado, após um período de conformidade com o limite da trajetória de ajustamento da Resolução do Senado Federal nº 40-2001, entre os anos de 2008 a 2014, voltou a superar este limite a partir de 2015. No ano de 2016, ano em que se completa o período de 15 exercícios de ajustamento, e o limite da relação Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida passa a ser de 200%, o RS alcançou o percentual de 213%, superando um pouco este limite.
8. Aqui cabe destacar que esta relação alcançada não considera os ajustes que deverão ser implementados no saldo devedor da dívida do RS com a União, decorrentes da assinatura do aditivo contratual e da implantação dos efeitos referente à Lei Complementar nº 148, que promoverá uma redução substancial desta dívida e por consequência do percentual da relação. Também, vale apontar que, a partir do décimo-sexto ano da publicação da RSF 40-2001, cabem as medidas do art. 31, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

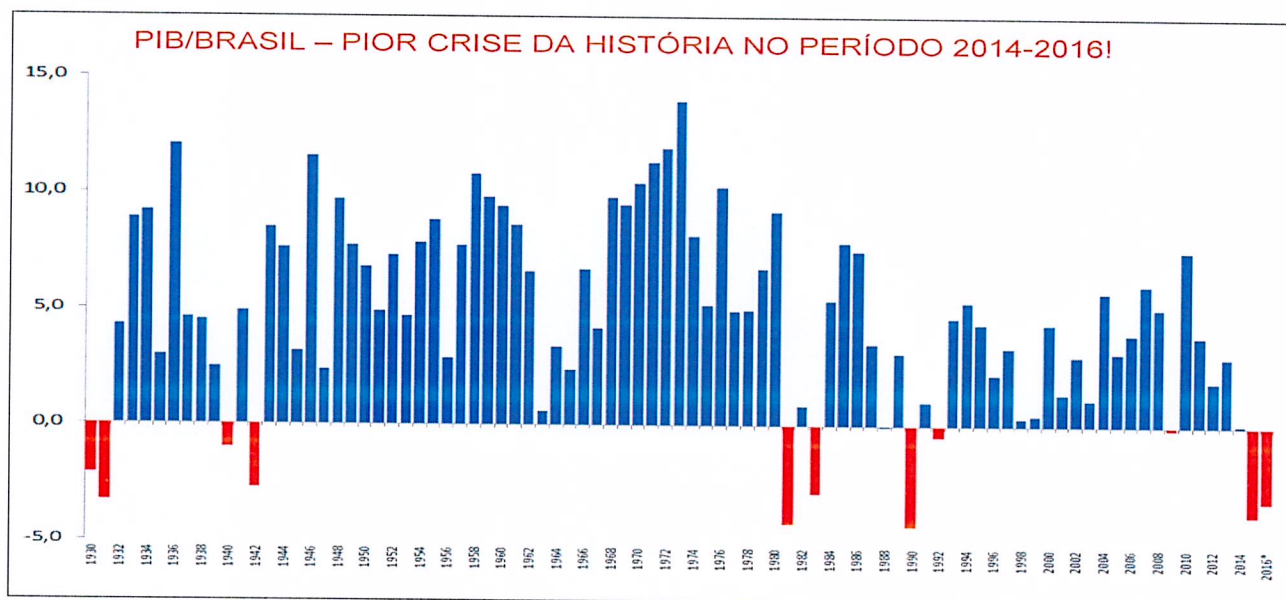
*Handwritten signature/initials.*



9. Do Resultado Primário no âmbito do PAF:



10. O gráfico acima evidencia a situação de maior desequilíbrio em 2014, justamente no ano de início do triênio que se caracteriza como o de pior crise econômica brasileira desde a era Vargas (1930), como pode ser observado no quadro abaixo, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS), com dados do IBGE e do Banco Central.



11. A redução deste desequilíbrio nos anos seguintes de 2015 e 2016, mesmo com o recrudescimento da crise e o Estado ainda tendo que honrar uma série de compromissos assumidos em anos anteriores, especialmente os aumentos salariais da Segurança Pública, só ocorreu em função de uma série de medidas de ajuste fiscal adotadas, tanto na Receita quanto na Despesa, tanto estruturais quanto conjunturais, que serão elencadas mais adiante.



12. Da Despesa com Pessoal versus RCL:

PAF - Despesa com Pessoal/RCL					
Ano	Pessoal	Δ ano ant	RCL	Δ ano ant	Pessoal/RCL
2012	14.899	-	22.777	-	65,41%
2013	17.053	14,46%	25.117	10,27%	67,89%
2014	19.306	13,21%	27.458	9,32%	70,31%
2015	21.820	13,02%	30.888	12,49%	70,64%
2016	23.239	6,50%	33.328	7,90%	69,73%

13. O crescimento da Despesa de Pessoal continuou em patamares elevados, apesar de toda crise financeira que assola o Estado, em função dos aumentos salariais da Segurança Pública concedidos em 2013 e 2014, bem como por outros pequenos incrementos, como a necessidade de cumprimento da Lei do Piso do Magistério (Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008), com pagamento do completivo e recomposição salarial e ainda pelo crescimento vegetativo da Folha (vantagens automáticas).
14. Para se ter uma ideia do impacto destes incrementos salariais na área da Segurança Pública, ao excluí-los da estatística, a Despesa de Pessoal em relação à RCL, no final de 2016, se aproximaria dos 64%. Além disso, supondo um cenário de RCL, mesmo com PIB zero em 2015 e 2016 (e não negativo), o percentual já estaria abaixo dos 60%.
15. Da Receita de Arrecadação Própria e de Transferências no âmbito do Programa:

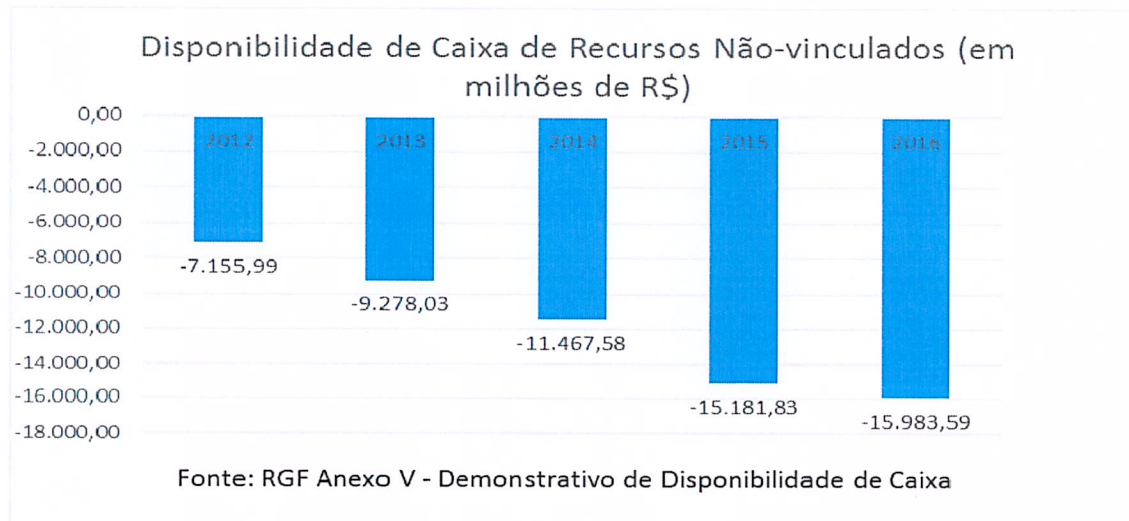
PAF - Receita de Arrecadação Própria e de Transferências - R\$ milhões						
Ano	Arrec. Própria	Δ s/ano ant	Δ 2016 s/o ano	Transf.	Δ s/ano ant	Δ 2016 s/o ano
2012	24.382	-	46%	4.714	-	38%
2013	27.352	12%	30%	5.004	6%	30%
2014	29.522	8%	21%	5.776	15%	13%
2015	33.157	12%	8%	5.786	0%	13%
2016	35.677	8%	-	6.526	13%	-

16. Podemos observar pelo quadro, que mesmo com toda crise econômica dos últimos três anos, a arrecadação própria do Estado cresceu nominalmente 46% nos últimos cinco anos. A inflação (IPCA) neste período foi de 40%. Já as transferências da União crescerem no período apenas 38%, mesmo com incremento significativo em 2016, justificado pelos valores oriundos do programa de repatriação de recursos do governo federal, que foram incorporados ao FPE – Fundo de Participação dos Estados.
17. Neste aspecto, historicamente, pelo quadro a seguir, podemos observar o total descasamento na relação entre a arrecadação própria do Estado e as transferências da União.

<b>REDUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>		
Valores em R\$ milhões nominais		
	<b>1998</b>	<b>2016</b>
<b>ICMS</b>	<b>4.232,1</b>	<b>30.385,8</b>
<b>Total Transferências da União</b>	<b>848,7</b>	<b>2.830,5</b>
FPE	257,2	1.974,1
IPI-Exp.	294,7	379,6
Lei Kandir	296,8	408,2
CIDE	-	68,6
Crescimento Nominal ICMS (1998 a 2016):		
Crescimento Nominal Transferências da União (1998 a 2016)		<b>618,0%</b>
		<b>233,5%</b>

18. Assim, se as Transferências Federais acompanhassem o crescimento do ICMS, o Estado receberia R\$ 3,3 bilhões a mais em 2016, em valores nominais. Isto sem considerar os impactos diretos da Lei Kandir, que não entram no cálculo do ressarcimento, em que o Estado do RS, por ser um estado exportador, amarga prejuízos estimados em R\$ 4,2 bilhões/ano. Ressaltando ainda, que as perdas acumuladas da Lei Kandir, atualizadas, chegam a R\$ 50 bilhões.

19. Da Disponibilidade de Caixa de recursos não vinculados:



20. Conforme demonstrado no gráfico, a disponibilidade de caixa de recursos não vinculados registrada, em 2016, foi de R\$ -15.983,59 milhões. Pela série histórica percebe-se que a situação se agravou no período, mais que dobrando o valor negativo que já se apresentava em 2012. Esse agravamento está relacionado aos déficits orçamentários ocorridos no período em tela, cobertos financeiramente por ingressos extra-orçamentários, especialmente recursos de depósitos judiciais.

21. Entretanto, na comparação 2015 e 2016, o valor negativo aumentou em níveis bem inferiores aos apresentados em anos anteriores. Esse fato é reflexo, dentre outros fatores, do déficit orçamentário de R\$ 143,1 milhões em 2016, significativamente inferior aos déficits apurados no período 2012-2015.



22. Abordando um pouco mais a situação das finanças estaduais, o engessamento das finanças do Estado do Rio Grande do Sul por meio de vinculações e de gastos obrigatórios, agrava ainda mais a situação, pela inflexibilidade de expressivas despesas do Estado, como os gastos com pessoal, previdência, passivos judiciais (precatórios e RPV's), dívida pública, duodécimos dos Poderes/Órgãos, além das vinculações constitucionais e legais, como as da Saúde e da Educação.
23. Com efeito, a margem para a redução da despesa no curto prazo é muito pequena frente ao vultoso déficit projetado, já que o valor da chamada “despesa discricionária”, sobre a qual o governo tem ingerência direta exclusiva, não é expressivo.
24. Esse engessamento agravou-se nos últimos anos por uma série de fatores, a grande maioria alheia à vontade e ação dos gestores estaduais, tais como:

a) Edição da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com novos gastos em saúde para o atingimento dos 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). No período de 2005 a 2016, os gastos com saúde passaram de R\$ 791 milhões em 2005 (7,5% da RLIT) para R\$ 3,54 bilhões em 2016 (12,13% da RLIT), um incremento de R\$ 2,75 bilhões ou 347%.

Para se ter um comparativo, a Receita Corrente Líquida – RCL do Estado do RS cresceu no mesmo período 181% e a inflação, pelo IPCA, foi de 99,08%.

b) Na área da educação, muito pela necessidade impositiva da Lei do Piso do Magistério (Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008), com pagamento do completo e recomposição salarial, o valor de R\$ 3,13 bilhões em 2005 passou para R\$ 8,54 bilhões em 2016, um desembolso adicional de R\$ 5,4 bilhões ou 173%;

c) Ainda na área da educação, também por imposição de legislação federal, o Estado vem sofrendo enormes perdas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), mesmo cumprindo o seu dever constitucional quanto à competência no ensino público, no que se refere à quantidade de matrículas sob sua responsabilidade, nos termos do art. 211 da Constituição Federal. Em valores atualizados, as perdas acumuladas com o FUNDEF e FUNDEB se aproximam de R\$ 11,0 bilhões. Em 2016 as perdas foram de R\$ 1,2 bilhão e para 2017 as projeções indicam perda de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão;

d) O desembolso com passivos judiciais, precatórios e RPV's, especialmente os da chamada “Lei Britto”, aumentou vertiginosamente, passando de R\$ 14 milhões em 2005 para R\$ 1,3 bilhão em 2016, dos quais R\$ 592 milhões de sequestros judiciais de RPV's;

e) O déficit previdenciário também cresceu muito, de R\$ 3,740 bilhões em 2005 para R\$ 8,971 bilhões em 2016, um acréscimo de R\$ 5,2 bilhões, mesmo com a majoração da alíquota de contribuição de 11% para 13,25% a partir de 2012. Em 1994 os inativos e pensionistas representavam 42,1% do total de vínculos, atualmente já chegam a 57,04%.

f) O dispêndio com a Dívida Pública passou de R\$ 1,7 bilhão em 2005 para R\$ 3,7 bilhões em 2015, acréscimo de R\$ 2,0 bilhões. Já em 2016 foi de apenas 1,7 bilhão em função de liminar e negociação com a União.

g) Além da dívida propriamente dita, o Estado, em virtude da utilização de depósitos judiciais, possui um novo custo diário de dívida, o rendimento destes depósitos, que perfazem aproximadamente R\$ 1,0 bilhão/ano.



25. Passamos a descrever agora, as principais ações desencadeadas pelo atual governo desde 2015, com vistas ao ajuste fiscal.

26. Desde os primeiros dias de governo, em 2015, foram desencadeadas diversas ações nas áreas da Despesa e da Receita.

Em relação à DESPESA destacamos:

a) Houve contingenciamento de despesas limitando o custeio do Poder Executivo, autarquias e fundações, com cortes médios de 20% da dotação de cada órgão/entidade, representando, comparativamente ao exercício de 2014, reduções nominais de despesas de -36,1% (R\$ 859 milhões) em 2015 e de -5,1% em 2016.

b) O Programa de Qualidade do Gasto (PQG), que tem foco no aumento da eficiência do gasto e combate ao desperdício e meta de economia acumulada de R\$ 1 bilhão até 2018, foi ampliado, apresentando resultados expressivos, como no IPE-Saúde, por meio do projeto “precificação de insumos do IPE-Saúde”, com economia anual projetada em R\$ 400 milhões, e nas ações para aumentar a produtividade dos serviços terceirizados que geraram uma economia de R\$ 222 milhões.

d) O projeto “Nota Fiscal Eletrônica como Parâmetro de Preços”, que tem como parceiros as Secretarias da Fazenda e da Saúde, o IPE-Saúde e a Central de Compras (CELIC), utilizando a tecnologia e técnicas estatísticas, vem reduzindo significativamente o custo de medicamentos e das compras de bens por parte do Estado.

e) A LC nº 14.750/15 instituiu o Regime de Previdência Complementar para os novos servidores, como já ocorre na União e em vários outros estados.

f) A Dívida com a União foi renegociada, propiciando a redução da taxa de juros, alteração do indexador e suspensão temporária do pagamento, produzindo uma redução de desembolso, em 2016, de R\$ 2,4 bilhões.

g) As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's) de 2016 (Lei nº 14.716/15), de 2017 (Lei nº 14.908/16) e de 2018 (Lei nº 15.018/16) limitaram as despesas com fonte de recursos Tesouro-Livres, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos e Inversões Financeiras aos mesmos valores do Orçamento de 2015 e, para o grupo de natureza da despesa pessoal e encargos sociais, um acréscimo máximo de apenas 3%.

h) Foi aprovada, de forma pioneira no País, a “Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual” (LC nº 14.836/16), estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e criando mecanismos prudenciais de controle com o objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

27. No âmbito da RECEITA, muitas medidas foram adotadas para combater a sonegação e recuperar créditos fiscais, dentre elas se destacam:

a) A entrada em operação do BIGDATA, um megassistema que permite a analisar e cruzar informações sobre a movimentação das empresas e os eventuais casos de evasão fiscal, que em 2015 resultou na constituição de R\$ 1,97 bilhão de créditos tributários (53% superior ao registrado em 2014) e em 2016, outros R\$ 2,03 bilhões.

b) O REFAZ-2015 alcançou R\$ 575 milhões de arrecadação por parte das empresas que optaram por quitar suas dívidas de ICMS, sendo negociados R\$ 2,2 bilhões, abrangendo 111.175 débitos do imposto. Já o REFAZ-2017, em números aproximados, arrecadou R\$ 102 milhões, correspondendo a 900 milhões negociados e abrangendo 72.600 débitos de ICMS.



c) A cobrança da Receita Estadual recuperou, em 2015, R\$ 1,8 bilhão em créditos devidos ao Estado (29,3% superior a 2014), e em 2016, outros R\$ 2,3 bilhões (incremento de 56% em relação a 2014).

d) Foram deflagradas, em 2015-2016, dezenas de operações especiais no combate à sonegação e fraude estruturadas, como nos setores de pescados, arroz, energéticos, autopeças, cerâmica e leite, sendo encaminhadas 701 representações fiscais junto ao Ministério Público, para recuperar R\$ 1,3 bilhão em sonegação fiscal de ICMS.

e) O programa “Nota Fiscal Gaúcha - NFG”, que fomenta a educação fiscal e a cidadania, chegou a mais de 1,3 milhão de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o “CPF NA NOTA FISCAL”.

f) A inadimplência do IPVA foi reduzida com barreiras especiais e inscrições em dívida ativa e a cobrança da dívida ativa foi ampliada com a inclusão dos devedores no SERASA, alcançando R\$ 2,4 bilhões em 2015 – uma expansão nominal de 8,38% em relação a 2014 – e R\$ 2,5 bilhões em 2016.

g) O ITCD obteve o expressivo incremento de 91%, passando de R\$ 333,6 milhões em 2014 para R\$ 636,1 milhões em 2015, já em 2016 a arrecadação foi de R\$ 430,0 milhões (29% maior que a de 2014).

28. Foram promovidas várias ações pela atual Administração, dentro do “**Programa de Ajuste Fiscal Gaúcho**”, com o aval da Assembleia Gaúcha (quando necessário), além das referidas Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (LC nº 14.836/16) e instituição do Regime de Previdência Complementar (LC nº 14.750/15):

a) Em **relação ao ICMS**, houve a equalização das alíquotas com outros Estados (2016-2018), passando a alíquota básica de 17% para 18%; para combustíveis, comunicação, energia elétrica de 25% para 30%; para refrigerantes de 18% para 20%; e para cervejas de 25% para 27% (Lei nº 14.743/15). Foi criado o Fundo de Proteção e Amparo Social do Estado do RS (AMPARA/RS), com receitas oriundas do adicional de 2% sobre as alíquotas do ICMS, conforme o § 1º do art. 82 do ADCT da CF/88, em relação às bebidas alcoólicas, cerveja sem álcool, cigarros, perfumaria, cosméticos e serviço de televisão por assinatura (Lei nº 14.742/15). Ainda, o Poder Executivo antecipou o ICMS da Indústria para o dia 12, a contar de janeiro/2017 (Decreto nº 53.367/16).

b) Modificação da **legislação do IPVA**, antecipando o prazo de pagamento do tributo para 30 de abril de cada ano e diminuindo os percentuais de desconto para os motoristas que não cometeram infrações de trânsito (Lei nº 14.740/15).

c) Alteração das **alíquotas do ITCD**, restabelecendo a progressividade, em razão de acórdão favorável do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 14.741/15).

d) Estabelecimento de critérios para a criação e extinção de **Fundos Estaduais**, com a reversão dos saldos dos fundos extintos para o **FRE – Fundo de Reforma do Estado** (Lei nº 14.744/15);

e) Instituição da **Câmara de Conciliação** de Precatórios, que possibilitará pagar com deságio de até 40% (Lei nº 14.751/15).

f) Vedação da **incorporação de Função Gratificada** exercida em diferente Poder ou órgão constitucional autônomo (LC nº 14.752/15).

g) Alteração no **CVMI – Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos da Brigada Militar**, ampliando o aproveitamento dos militares inativos (Lei nº 14.753/15).

h) Redução do **Fundo de Reserva** dos Depósitos Judiciais não tributários de 15% para 5%, permitindo novas disponibilizações para saque (Lei nº 14.738/15).



- i) Redução temporária da **receita líquida do rendimento dos depósitos judiciais** do Judiciário, com o excedente transferido ao Executivo (Lei nº 14.739/15).
- j) Autorização para o Banrisul criar a **Banrisul Cartões** (Lei nº 14.796/15) e a **Banrisul Seguradora** (Lei nº 14.797/15), visando à expansão das suas atividades e à constituição de novos ativos para o Banco.
- k) Modificação do **Procedimento Tributário Administrativo**, para melhoria do processo contencioso (Lei nº 14.805/15).
- l) Ampliação da **Transparência** com a disponibilização na internet do número de cargos públicos, funções gratificadas, empregos e estágios do serviço público estadual e individualização das parcelas de caráter indenizatório (Lei nº 14.827/16).
- m) Autorização para a cessão onerosa dos serviços da **Folha de Pagamento** dos servidores públicos estaduais (Lei nº 14.837/16).
- n) Autorização para conceder serviços de **exploração das rodovias** e infraestrutura de transportes terrestres (Lei nº 14.875/16).
- o) Redução **da estrutura da ADM Direta** (de 29 para 17 secretarias), visando maior eficiência aos serviços prestados, evitando a sobreposição de funções e buscando agilidade nos processos internos e nas atividades prestadas pelos órgãos da Administração (Lei nº 14.733/15). Ainda, a fusão de secretarias (Lei nº 14.984/17).
- p) Extinção das **Fundações FUNDERGS, FEPPS, FEPAGRO, FIGTF, CIENTEC, FCP/TVE, FDRH, FEE, FZB e METROPLAN**, e assunção dos serviços pelas respectivas secretarias (Leis nº 14.829/16, nº 14.977/17, nº 14.978/17 e nº 14.982/17).
- q) Redução das **Autarquias** de sete para cinco, passando o Escritório de Desenvolvimento de Projetos a integrar a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, com a extinção da SPH e da SUPRIG (Leis nº 14.981/17 e nº 14.983/17).
- r) Extinção da **Companhia CORAG** e transferência para a PROCERGS dos serviços de publicação dos atos legislativos, normativos e administrativos, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do Estado (Leis nº 14.979/17 e nº 14.980/17).
- s) Aumento da **alíquota de Contribuição** 13,25% para 14%, para os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência, civis e militares, de todos os Poderes; e de 26,5% para 28%, para o Estado do RS (LC's nº 14.967/16 e nº 14.968/16).
- t) Limitação ao **Teto Constitucional** no pagamento, pelo Instituto de Previdência do Estado, de Pensões cumuladas com outros rendimentos, conforme o art. 37, XI, da CF/88 (LC 14.967/16).
- u) Na **Brigada Militar**, transformação da Licença Especial em Licença-Capacitação, sem possibilidade de acumulação, ficando afastada a contagem de tempo ficto para fins de aposentadoria, respeitados os períodos já acumulados. Alteração do Tempo de Serviço Militar, exigindo ao menos 25 anos de efetivo serviço para preencher os 30 anos exigíveis para a reserva. Aumento da Idade de Reforma do Oficial para até 70 anos e do Praça para até 65 anos. E eliminação da Promoção na Reserva para os novos militares estaduais (LC nº 15.019/17).
- v) A **Guarda Externa dos Presídios** foi suprimida das incumbências da Brigada Militar, sem prejuízo da continuidade dos serviços (EC nº 73, de 2017).
- w) A **cedência de Servidores da Segurança Pública**, com prazo de até um ano prorrogável uma única vez por igual período, foi limitada a sete os servidores para as Presidências Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, bem como para o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (Lei nº 14.877/16, alterada pela Lei nº 14.969/16, regulamentada pelo Decreto nº 53.312/16).



29. Em relação às ações propostas pela atual Administração, ainda tramitam no Legislativo diversos projetos de ajustes estruturais, inclusive, alguns dependentes de alterações na Constituição Estadual. Os mais relevantes são:

a) Alteração do **art. 22 da CE/RS** permitindo alienar, transferir o controle, cindir, incorporar, fundir ou extinguir a CEEE, a CRM e a SULGÁS (**PEC 259/2016**).

b) Modificação da **Licença para Desempenho de Mandato Classista** para a diminuir as despesas com a remuneração dos servidores cedidos (em outubro/2016, o Executivo cedia 317 servidores para representações classistas, com gasto médio mensal de R\$ 2,9 milhões ou R\$ 37,7 milhões/ano). A Assembleia Legislativa, em 17/10/2017, aprovou o **Projeto de Lei nº 148/2017** que vincula o número de cedidos ao respectivo número de sócios de cada entidade sindical ou associativa. Também tramita Proposta de Emenda Constitucional que elimina a remuneração dos servidores cedidos a entidades de classe, conforme já ocorre no âmbito dos servidores públicos federais (**PEC 256/2016**)<sup>1</sup>.

c) Mudança na **Licença-Prêmio** dos servidores estaduais transformando-a em Licença Capacitação, a ser concedida a cada cinco anos de serviço, por três meses, sem possibilidade de cumulação (**PEC 242/2015**)<sup>2</sup>.

d) Concessão de **Vantagens Temporais** e vedação de **Pagamento de Indenizações sem Lei Específica**, referentes aos servidores públicos e aos membros de todos os Poderes e órgãos estaduais, com a extinção dos adicionais por tempo de serviço para os novos servidores públicos, ficando mantidos, para os atuais servidores, o direito aos adicionais já adquiridos (15% e 25%) e ao período aquisitivo em curso. Ainda, foi proposta a alteração do artigo 33 da CE/RS para exigir lei específica para a concessão de quaisquer parcelas ou verbas indenizatórias (**PEC 258/2016**).

e) Fim do **Tempo Ficto de Serviço**, regra já adotada pela União e por outros Estados, alterando o conceito de tempo de serviço pelo tempo de contribuição, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal, o que impossibilitará a contagem de tempo de contribuições fictícias aos servidores civis e aos militares, sem o efetivo trabalho e a respectiva contribuição previdenciária (**PEC 261/2016**)<sup>3</sup>.

f) Alteração do **regime de trabalho da Superintendência de Serviços Penitenciários** (SUSEPE), suprimindo da LC nº 13.259/09 o regime de plantão dos Servidores Penitenciários, permitindo que a Administração gerencie os recursos humanos no melhor atendimento do serviço público, resultando em um tratamento igualitário da jornada de trabalho às demais categorias (**PLC 245/2016**).

g) Transferência de **Recursos do SIAC para o FRE**, retirando dos saldos dos demais Poderes e Órgãos de Estado que estão escriturados no Caixa Único, vez que ao longo dos anos não foram utilizados, servindo de lastro para o Tesouro do Estado cobrir seus compromissos do dia a dia (**PL 254/2016**).

h) Redução dos **Benefícios Fiscais** de até 30% nos Créditos Fiscais Presumidos, para os exercícios de 2016 a 2018, os quais representam em torno de 31% do total das desonerações sob gestão do Estado (PL 214/2015).


<sup>1</sup> Artigo 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

<sup>2</sup> A PEC foi aprovada em 1º turno pela Assembleia Legislativa na sessão de 06/07/2017.

<sup>3</sup> Aprovada em 1º turno pela Assembleia Legislativa na sessão de 06/07/2017.

## 2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

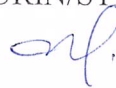
---

- B) O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país.
- C) O diálogo em torno da recuperação da sustentabilidade fiscal e financeira do Estado está sendo tratado em torno da possível adesão ao Regime de Recuperação Fiscal nos termos da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017 e, em decorrência disso, fica o Estado do Rio Grande do Sul dispensado da fixação das metas e compromissos de que trata o Art. 2º da Lei nº 9496 de 1997 e do Art. 5º da Lei Complementar nº 148, de 2014, nos termos do Art. 3º da Medida Provisória nº 801 de 20 de setembro de 2017 e do Ofício SEI nº 5/2017/COREM/SURIN/STN-MF.
- 

### 3. METAS OU COMPROMISSOS

---

- D) Entendemos que as Metas e Compromissos do Estado do Rio Grande do Sul estão sendo discutidos em torno do Plano de Recuperação Fiscal.
- E) Diferentemente dos Programas anteriores, fica o Estado do Rio Grande do Sul dispensado da fixação das metas e compromissos de que trata o Art. 2º da Lei nº 9496 de 1997 e do Art. 5º da Lei Complementar nº 148, de 2014, nos termos do Art. 3º da Medida Provisória nº 801 de 20 de setembro de 2017 e do Ofício SEI nº 5/2017/COREM/SURIN/STN-MF.





#### **4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS**

---

- F) Considerando que o PRF e o PAF são instrumentos de acompanhamento dos indicadores fiscais e considerando o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o acompanhamento desses indicadores atenderá os dispositivos das Leis Complementares nº 156 de 28 de dezembro de 2016, nº 159 de 19 de maio de 2017 e do Decreto nº 9.109 de 27 de julho de 2017 além de outros instrumentos que venham a ser instituídos pela União durante o período de vigência do PAF.

Porto Alegre, 29 de dezembro de 2017.



**JOSÉ IVO SARTORI**  
Governador do Rio Grande do Sul

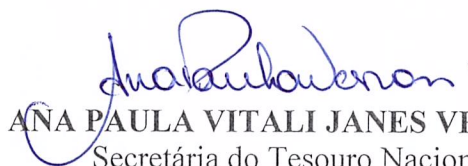
# TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

O Estado do Rio Grande do Sul (Estado) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado para o exercício de 2017.



**JOSÉ IVO SARTORI**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul



**ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI**

Secretária do Tesouro Nacional

## SEÇÃO I – CRITÉRIOS GERAIS

---

### ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de que trata este documento adota os mesmos conceitos e definições contidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A partir dessa revisão em decorrência da alteração da abrangência do Programa, as receitas e despesas previdenciárias serão consideradas conforme descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF).

### VIGÊNCIA DO PROGRAMA

O Programa elaborado para o período de um ano será revisado a cada exercício, contendo metas e compromissos para o exercício de referência e estimativas para os dois exercícios financeiros subsequentes.

O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e de ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento das seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.

No entanto, em função do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) feito pelo Estado do Rio Grande do Sul, previsto na Lei complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, o ente encontra-se **dispensado da fixação das metas e compromissos** de que trata o Art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e do Art. 5º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, haja vista o disposto no Art 3º da Medida Provisória nº 801, de 20 de setembro de 2017. Situação reconhecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Ofício SEI nº 5/2017/COREM/SURIN/STN-MF, de 04 de dezembro de 2017.

### PROJEÇÕES

As projeções são realizadas conforme disposto na Portaria STN nº 690, de 11 de agosto de 2017.

O procedimento não se aplica ao Estado do Rio Grande do Sul como consequência da dispensa de fixação de metas e compromissos. As projeções de receitas e despesas deverão constar do Plano de Recuperação Fiscal apresentado e negociado com esta Secretaria do Tesouro Nacional.

### ESPAÇO FISCAL

É o limite anual a contratar de operações de crédito aprovado para o Programa.





## SEÇÃO II – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

---

### PROJEÇÃO

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN.

O procedimento não se aplica ao Estado do Rio Grande do Sul como consequência da dispensa de fixação de metas e compromissos.

### APURAÇÃO DOS DADOS

Para fins do Programa, o Estado observará, integralmente, os procedimentos contábeis, orçamentários e fiscais estabelecidos no MDF e no MCASP vigentes no exercício avaliado, editados pela STN, e disponibilizará suas informações e seus dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

Para os casos não previstos no MCASP e MDF, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) definirá os tratamentos específicos conforme o caso concreto. Além disso, para fins de comparação das informações fornecidas pelos Estados, poderão ser realizados ajustes.

Excepcionalmente para o exercício de 2017, para fins de projeção e de avaliação do cumprimento das metas, serão utilizados o MDF e o MCASP referentes ao exercício de 2018.

Os valores de receitas, despesas e dívidas, expressos a preços nominais, serão extraídos do Balanço Geral do Estado (BGE), Declaração de Contas Anuais (DCA), Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Cadastro da Dívida Pública (CDP).

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS

O procedimento não se aplica ao Estado do Rio Grande do Sul como consequência da dispensa de fixação de metas e compromissos.

### DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO

O Estado compromete-se a encaminhar até 31 de maio de 2018, segundo as respectivas periodicidades, as seguintes informações e documentos de acordo com o modelo estabelecido no Programa de Trabalho:

- Demonstrativo da execução orçamentária – mensalmente
- Demonstrativo das contas dedutoras de receita - mensalmente
- Demonstrativo da execução orçamentária do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) – mensalmente
- Demonstrativo da execução orçamentária do Fundo de Proteção e Amparo Social do Estado do Rio Grande do Sul (Ampara/RS) – mensalmente
- Demonstrativo da execução orçamentária da receita do Fundo Nacional de Saúde - mensalmente
- Documentos que constem do Programa de Trabalho de 2018, segundo o respectivo prazo de cada documento.
- Balanço Geral do Estado – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;

- Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa) – anualmente – até 31 de maio de cada exercício.
- Nota Técnica com a atualização das informações sobre a gestão do sistema previdenciário no exercício anterior, a situação atuarial, a contabilização das receitas e despesas previdenciárias, a situação dos demais poderes (inclusive a demonstração de como são registradas suas receitas e despesas previdenciárias) e a regularidade das contribuições do tesouro estadual para o RPPS – anualmente – até 31 de março de cada exercício;
- Nota Técnica com a conciliação das informações contábeis dos fundos previdenciário e financeiro com a contabilidade estadual do exercício avaliado – anualmente – até 31 de março de cada exercício;
- Demonstrativos do estoque, do serviço e das condições contratuais da dívida consolidada – anualmente – até 31 de janeiro de cada exercício; e
- RGF consolidado – anualmente – até 31 de março de cada exercício.

O Estado compromete-se a proceder à homologação dos seguintes documentos no SICONFI e no SADIPEM, segundo os respectivos prazos legais:

- RREO;
- RGF;
- DCA; e
- CDP.

Independente do ingresso no RRF, o Estado do Rio Grande do Sul segue com a obrigatoriedade quanto ao envio dos documentos requeridos pelo Programa de Ajuste Fiscal.

**VERIFICAÇÃO QUANTO AO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE NATUREZA ACESSÓRIA DE QUE TRATA O INCISO VI DO ART. 21 DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/01**

Os prazos de entrega dos documentos, para fins de comprovação quanto ao adimplemento de que trata o inciso IV do art. 5º da Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, são os estabelecidos neste TET. Porém, quando não especificado, o prazo será o 25º dia do segundo mês subsequente, nos termos da citada Portaria. No caso de os prazos estabelecidos não coincidirem com dia útil, o envio da documentação deve ser antecipado.

Portanto, independente do ingresso no RRF, o Estado do Rio Grande do Sul segue com a obrigatoriedade quanto ao envio dos documentos requeridos pelo Programa de Ajuste Fiscal.

Para todos os efeitos, o não cumprimento dos prazos acima especificados, bem como a não revisão do Programa nos termos da subseção “Vigência do Programa” implicará que a adimplência para com o Programa não poderá ser atestada na consulta disponibilizada no seguinte endereço eletrônico:

[https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao\\_adimplencia.jsf](https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao_adimplencia.jsf)

### **SEÇÃO III – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

---

O procedimento não se aplica ao Estado do Rio Grande do Sul como consequência da dispensa de fixação de metas e compromissos.

### **SEÇÃO V – APURAÇÃO DO NOVO ESPAÇO FISCAL A CONTRATAR**

---

Esta revisão do Programa estabeleceu como espaço fiscal a contratar o montante de R\$ 141 milhões.

O espaço fiscal concedido nesta revisão terá vigência até a próxima revisão do Programa e será deduzido conforme deferimento das operações de crédito pela Secretaria do Tesouro Nacional. As operações de crédito em moeda estrangeira serão deduzidas do espaço fiscal pelo valor convertido para Real com base na cotação de venda da taxa de câmbio disponível no site do Banco Central referente ao último dia do período a que se refere o último RREO exigível. Caso essa data não seja um dia útil, será utilizada a taxa do dia útil imediatamente anterior. As operações de crédito em moeda nacional serão deduzidas do espaço fiscal pelo valor do deferimento.

